

Inclusão escolar de alunos com deficiência física: conquistas e desafios

**(Scholarly inclusion of physical deficiency students:
challenges and achievements)**

Flavia Natalia Ramos da Silva¹; Maria Neli Volpini²

¹Graduação – Centro Universitário UNIFAFIBE – Bebedouro – SP
flavia.natalia2009@hotmail.com

²Centro Universitário UNIFAFIBE – Bebedouro – SP
nelivolpini@gmail.com

Abstract: *This article addresses the theme "Scholarly inclusion of physical deficiency students: Achievements and Challenges." You can see that the process of inclusive education spawned several impacts in the history of education. Through the study, we note that the deficiency students were abandoned and excluded. Over time the eyes moved over them, going to have the same rights guaranteed by laws. This theme shows to be important due to the lack of studies in this field, then reflecting on difficulties in the scholarly environment. The school needs an adequate structure to meet this demand of students, so you can so inclusive and not exclusive meet all human diversity.*

Keywords: *Inclusive education; physical disability; accessibility; teaching resources.*

Resumo: *O presente artigo aborda como tema a Inclusão escolar para alunos com deficiência física: Conquistas e desafios. É possível notar que o processo de educação inclusiva gerou vários impactos na história da educação. Através do estudo realizado, nota-se que os deficientes físicos eram abandonados e excluídos. Ao passar do tempo mudou-se os olhar sobre eles e passaram a ter direitos assegurados através de leis. Este tema mostra ser importante devido à carência de estudos neste campo, refletindo-se então em dificuldades no ambiente escolar. A escola necessita de uma estrutura adequada pra atender esta demanda de alunos, para que possa de maneira inclusiva e não exclusiva atender todas as diversidades humanas.*

Palavras-chave: *educação inclusiva; deficiência física; acessibilidade; recursos pedagógicos.*

Introdução

O tema do presente trabalho foi escolhido por saber-se quão necessária é a escola estar preparada quanto à acessibilidade bem como quanto em recursos pedagógicos para atender alunos deficientes físicos, favorecendo-se assim a aprendizagem deles.

Tem, portanto como objetivo geral tratar do tema da inclusão do deficiente físico no espaço escolar.

Essa discussão é fundamental no mundo contemporâneo, pois atualmente o meio escolar demonstra não estar preparado para atender alunos com deficiência física, no qual são necessárias adaptações e recursos pedagógicos adequados, para que de maneira inclusiva estes alunos possam se desenvolver integralmente.

Para se chegar ao objetivo proposto, partiu-se de levantamentos bibliográficos e discussões teóricas, para melhor compreender o tema.

O presente trabalho foi dividido em quatro tópicos sendo eles: Contextos históricos da inclusão no Brasil; As garantias da educação inclusiva Brasileira; Deficiência física: causas e características, Infraestrutura escolar para atender alunos com deficiência física, além das considerações finais.

1 Contexto Histórico da Inclusão no Brasil

Esse tópico tem como objetivo relatar sobre o contexto histórico da inclusão escolar, fazendo um breve diálogo entre o passado, tentando explicar parcialmente o presente, não supondo que se explique o modo como deveriam ser tratados os deficientes, mas mostrando então como se deu as conquistas e seus principais acontecimentos, através de levantamentos bibliográficos e contextos legais (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), a fim de dar uma base, um prévio entendimento aos leitores sobre os desafios encontrados pelos deficientes desde o Brasil Império até a Idade Moderna.

De acordo com Lopes, Mendes e Faria (2005), vê-se que na idade média a religião tinha grande influência sobre o povo, o qual considerava que os deficientes, ou seja, as

peessoas que fossem diferentes vieram desta forma para pagar pelos seus pecados, acreditando-se então que em outras vidas cometeram algo que posteriormente teriam que pagar ou então passam a serem vistos como instrumentos de Deus, para mostrar às pessoas sobre os comportamentos inadequados delas, devendo essas alcançarem a vida eterna por meio de caridades junto aos deficientes.

Segundo Jannuzzi (2006), na época do império, trata-se de uma sociedade rural e sem nenhum conhecimento escolar, no qual foi possível esconder totalmente a educação dos deficientes. Essa gama de seres humanos com deficiências, por motivos de preconceito eram taxados como seres incapazes de conviver em sociedade.

Ainda segundo o mesmo autor acima citado, a educação de crianças deficientes em nosso país, nasce de um conjunto de ideias liberais, no qual tiveram divulgações no fim do século XVIII e começo do XIX. Com o passar do tempo as escolas primárias foram obtendo impulso, passando então a ter mais força e valor para sociedade, quando começa a ser vista como uma necessidade de todos estudarem, até mesmo os que eram taxados como um ser excluído, tomando então as primeiras iniciativas para a organização de uma escola para os deficientes.

Dando sequência à linha de raciocínio do autor citado acima, enquanto possível os deficientes eram escondidos e esquecidos por todos, até que passa a existir mais tarde a defesa da educação dos anormais, feita com pensamentos de evitar asilos, manicômios e penitenciárias, no qual tinham como objetivo preparar todos para o meio em que se vive e para o trabalho, partindo de uma seleção e separação de pessoas tais como: “excepcionais”, “retardados” e “atrasados”, pois era deste modo que os deficientes eram vistos.

Dessa forma Lopes, Mendes e Faria (2005) relatam, que na idade moderna as pessoas com deficiências eram taxadas como aqueles que não funcionavam sendo desvalorizados e desacreditados de suas potencialidades, pensando-se então que todos eram deficientes devendo ser tratados por médicos, sendo então isolados de tudo e de todos, pois acreditavam que eles eram um perigo para si mesmos e para a sociedade.

[...] a educação das crianças deficientes encontrou nos pais pouca manifestações. Poucas foram às instituições que surgiram e nulo o número de escritos sobre sua educação. [...] E o atendimento ao

deficiente, provavelmente, iniciou-se através das Câmaras Municipais ou das confrarias particulares (JANNUZZI, 2006, p.7-8).

Lopes, Mendes e Faria (2005) esclarecem ainda, que no decorrer do século XX o conhecimento sobre deficiências mudou muito. Antes de 1960, o que conheciam sobre deficiência permanecia estático, pois o que sabiam sobre as pessoas era que se nascessem com deficiências raramente tinham como desenvolver-se, passando então a ser um fardo para suas famílias e com pouca perspectiva de vida. De certa maneira se fosse possível, o melhor a fazer era colocá-los num centro específico para que pudessem receber tratamento adequado.

O autor complementa esclarecendo, que a partir dos anos 1960/1970, quando se começou a ter um pouco mais de conhecimento sobre a deficiência, entendeu-se que tinha relação com os fatores ambientais. Ou seja, o ambiente em que vivemos pode contribuir para que sejamos mais ou menos dependentes, no qual nos ensinam a ser de uma forma ou outra. Assim nossa cultura vai aos poucos ensinando a sermos mais humanos.

De acordo com Stainback e Stainback (1999), é por volta do final da década de 1970 e início de 1980, depois de inúmeras tentativas e acontecimentos, os deficientes passam então a ser inseridos em classes regulares.

Continuando a linha de pensamento do mesmo autor acima citado, a educação é direito de todos, no entanto as escolas devem modificar seu funcionamento para atender a todos os indivíduos com deficiência.

Contudo, explica Lopes, Mendes; Faria (2005), podemos ver que até hoje existem pessoas que partilham do mesmo pensamento dos povos antigos, com os dizeres, que tudo que é igual deve permanecer com os iguais, e os diferentes com os mesmos.

Todavia, encontra-se no próximo tópico esclarecimentos sobre o direito a educação, ressaltando-se que esse direito é igual para todos, que não existe diferença entre seres de uma mesma sociedade.

2 As Garantias Legais da Educação Inclusiva Brasileira

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (inicialmente 4.024/61, hoje revogada) chama atenção para a educação especial como algo recente, deixando clara a importância e o comprometimento com a educação dos deficientes. Partindo desta Lei começa-se então abrir portas para as classes menos favorecidas participarem deste ciclo escolar.

Hoje, os deficientes possuem seus direitos assegurados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96, como vemos nos artigos 58, 59.

Como podemos ver no Art.58 dessa mesma Lei, a educação escolar preferencialmente deve ser oferecida na rede regular de ensino, para todos os alunos deficientes.

O Art. 58 refere-se assim:

§1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Artigo 59 que propõe:

Art.59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I. currículos, métodos, técnicas educativas e organização específica, para atender às suas necessidades;

II. terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III. professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classe comuns;

IV. educação especial para o trabalho, visando a sua integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação

com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora;

V. acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996).

A educação é o meio mais eficaz para transformar a realidade da exclusão social para uma educação de qualidade, sem barreiras e empecilhos para alunos com deficiências.

3 Deficiência Física: Causas e Características

Este tópico tem como objetivo descrever e caracterizar alguns dos principais fatores causadores da deficiência física.

Segundo Schirmer et al. (2007), o papel mais importante do sistema nervoso é coordenar e controlar a maior parte de nosso corpo. O Sistema Nervoso recebe várias informações dos diferentes órgãos sensoriais, no qual une todas essas informações para determinar a resposta a ser executada pelo corpo. A resposta é expressa pela fala, comportamento motor, atividade mental, sono, equilíbrio interno do corpo, busca de alimentos, entre outros.

Ainda segundo o mesmo autor acima citado, a deficiência física tem como principais comprometimentos a amputação (total ou parcial), ou seja, a falta de um membro, sua má-formação ou deformação, uma alteração que afeta o sistema esquelético e muscular.

A deficiência física se refere ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema Osteoarticular, o Sistema Muscular e o Sistema Nervoso. As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir grande (sic) limitações físicas de grau e gravidades variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida. (BRASIL 2006, p. 28 apud SCHIRMER, 2007, p. 23).

Baseando-se no decreto nº 3.298 de 1999 (BRASIL, 1999) da legislação brasileira, encontra-se os conceitos sobre deficiência, no qual são esclarecidas possíveis dúvidas, conforme segue:

Art. 4º: I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004).

Lopes, Mendes e Faria (2005), esclarecem que a deficiência física possui diversas causas podendo aparecer de formas distintas como distrofia muscular, epilepsia, paralisia cerebral, má formação congênita, entre outras.

Conforme Cosmo (2009), é de acordo com o grau de gravidade da paralisia cerebral que classificamos como severas ou leves, no qual atinge áreas do cérebro responsáveis pelo desenvolvimento motor, caracterizando-se em perda total dos movimentos ou dificuldades na fala.

As deficiências físicas de origem cerebral são causadas por lesões ocorridas no cérebro que afetam diferentes segmentos do corpo, causando monoplegia quando afeta um membro; diplegia quando afetam dois membros; triplegia se afetarem três membros; quando atingem quatro membros será quadriplegia; e hemiplegia quando todo um lado do corpo é afetado. (DIEHL, 2008 apud COSMO, 2008, p.10).

Segundo Lopes, Mendes e Faria (2005), os deficientes físicos severos apresentam uma aparência física diferenciada. Muitos dos deficientes físicos severos não apresentam comprometimento intelectual. Portanto não devemos pensar que eles não podem aprender, agindo assim, estamos pensando errado, pois é apenas seu corpo que impossibilita de realizar trocas com o meio, e não sua mente.

Schirmer et al.(2007), lembram que é preciso diferenciar os casos em que a deficiência tem graus evolutivos ou não, havendo situações nas quais os indivíduos já nascem com limitações, por exemplo, lesão medular e paralisia cerebral, e outras em que

a deficiência acarreta característica degenerativa como no caso de distrofias musculares e tumores que afetam o sistema nervoso. Nos casos não evolutivos, conforme o indivíduo recebe estímulos facilitadores de seu cotidiano suas limitações tendem a ser mais leves por motivos de práticas e adaptações ao novo ambiente. Já nos casos evolutivos os problemas de saúde se agravam, e os desafios encontrados em seu cotidiano, acabam sendo cada vez mais constrangedores.

Eles não são deficientes cívicos, ou seja, assim como todos nós eles também têm direitos e deveres, igual a todas as crianças têm direito de brincar, ser felizes, e interagirem com o meio.

4 Infraestrutura Escolar para Atender Alunos com Deficiência Física: Acessibilidades e Recursos Pedagógicos

O tópico tem como objetivo destacar possíveis mudanças necessárias a ocorrerem na estrutura física e nos recursos pedagógicos para atender alunos com deficiência física, no qual são necessárias algumas adaptações para uma educação de qualidade, isto é, pensar na acessibilidade do espaço escolar e de toda a sociedade.

Vê-se que dentro do contexto legal, existe a Lei nº 10.098/00 (BRASIL, 2000), deixando claro que todas as escolas devem promover ambiente acessível, adequando os espaços que atendam à diversidade humana e eliminando as barreiras arquitetônicas. Também foi promulgado o Decreto nº 5.296/04 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Dando então um prazo de 30 meses para que lugares públicos organizem seus espaços de forma a torná-los acessíveis.

Segundo Schirmer et al., (2007) os prédios escolares não apresentam acessibilidade, no qual ainda nos deparamos com a dificuldade dos arquitetos e engenheiros entenderem que é um direito. E para fazer valer os direitos à acessibilidade na escola é necessário fazer o uso da legislação para que possamos de fato ver ambientes escolares se transformando em ambientes acessíveis e acolhedores. Quando o aluno ingressa no ciclo escolar, nota-se que a falta de acessibilidade é grande, pois a maioria

absoluta dos edifícios escolares são construídos sem considerar as necessidades dos alunos com deficiência física. Para que possa haver inclusão de qualidade, faz-se necessário um ambiente adequado.

O mesmo autor citando Dischinger e Machado, (2007) esclarece sobre acessibilidade nos seguintes termos:

Acessibilidade espacial significa poder chegar a algum lugar com conforto e independência, entender a organização e as relações espaciais que este lugar estabelece, e participar das atividades que ali ocorrem fazendo uso dos equipamentos disponíveis. Para um aluno ir até sua escola, situada no centro da cidade, é possível chegar através de automóvel, de ônibus ou a pé. No caso de um cadeirante, o percurso deve ser acessível (com rampas nos passeios e na entrada do edifício, dimensões adequadas, travessias seguras, etc.). (p.106).

Complementa sua contribuição ressaltando aspectos relativos à acessibilidade no interior da escola, da seguinte forma:

Ao entrar na escola deve ser possível identificar o caminho a seguir de acordo com a atividade desejada através da configuração espacial e/ou da informação adicional (por exemplo, utilizando a rampa para ir à biblioteca no segundo andar). Um aluno com deficiência visual deveria poder obter informação através de mapas táteis e em braile para encontrar sua rota com independência. Finalmente ao chegar na biblioteca deve ser possível a todos os alunos alcançar seus livros e poder ler e estudar em condições de conforto e segurança. Enfim, prover acessibilidade espacial é, sobretudo, oferecer alternativas de acesso e uso a todas as pessoas, garantindo seu direito de ir e vir, sua condição de cidadania. (p. 106).

De acordo com Schirmer et al.,(2007) alunos com deficiência física possuem dificuldades ao realizar muitas tarefas rotineiras no ambiente escolar, no qual necessita de um auxílio de outra pessoa. O mesmo que não consegue realizar suas atividades, fica em desvantagem, pois não tem a oportunidade de criar e desafiar seus colegas. É muito frequente encontrarmos alunos que não são atores de seu próprio processo de aquisição de conhecimento e descoberta.

Ainda segundo o mesmo autor acima citado, existem várias situações que fazem parte do cotidiano escolar do aluno, no qual são necessárias algumas adaptações,

alternativas e recursos não só de aspecto arquitetônico. Por exemplo, na área em que necessita de recortes podem ser utilizados algumas adaptações bem como: tesoura adaptada com arame revestido, tesoura adaptada em suporte fixo e tesoura elétrica por acionador, se mesmo assim o aluno não conseguir utilizar este recurso, opta-se por atividades coletivas em que os amigos têm a oportunidade de ajudar uns aos outros. Na área de desenho, pintura e escrita, podem-se encontrar os seguintes materiais adaptados: aranha-mola (mola entre o dedo com o lápis no meio), pulseira imantada (pulseira no braço do aluno), engrossador de espuma (espuma grossa no lápis), Órtese (uma bola de borracha na ponta do lápis), podendo utilizar o engrossadores de espumas em pinceis, cola, tintas, entre outros.

Paula e Costa (2007), falando sobre escolas inclusivas registram que estas têm como principais características respeitar, aceitar e acreditar no potencial de cada aluno com deficiência, não apenas os alunos deficientes, mas sim para todos, dando então uma educação de qualidade e sem preconceitos. A escola inclusiva também tem que garantir aos alunos condições de se locomover em todos ambientes, providenciando rampas, elevadores, banheiros adaptados, corrimãos e piso antiderrapante no qual facilita o cotidiano escolar dos alunos.

A escola tem que proporcionar um ambiente agradável, confortável e prazeroso, onde os alunos tenham condições de aprender, desenvolver-se superando seus medos e desafios que venham a encontrar no seu dia a dia, ajudando então a encontrar meios facilitadores de ensino e aprendizagem e locomoção no ambiente escolar.

5 Considerações Finais

O presente artigo relata que inclusão escolar é um tema que chama muito a atenção da sociedade, pois nos dias atuais a grande maioria da população é leiga sobre as capacidades dessas crianças, não acreditando em interação no meio escolar.

Ainda existem muitas barreiras para um ensino de qualidade para estes alunos no ambiente escolar, devendo a escola estar preparada para atendê-los, oferecendo

oportunidades para que a criança possa desenvolver suas habilidades, ser respeitadas e ter direitos e deveres igual a todos.

Após estudos realizados na área, através de referenciais bibliográficos, é possível ver que os deficientes eram taxados como seres incapazes e sem valor para sociedade, mas com o passar do tempo vão ganhando forças, e tendo seus direitos assegurados por leis.

Portanto, é necessário que haja uma inclusão de verdade, onde a escola esteja preparada fisicamente tanto quanto em recursos pedagógicos e que forme cidadãos sem preconceitos, sabendo que todos possuem direitos e deveres iguais, e são merecedores de respeito.

Conclui-se que o processo de inclusão ainda é recente, pois a carência de matérias para os educadores da área é grande; inclusão escolar de alunos deficientes ainda continua em processo de transformação e aceitação pela sociedade, necessitando-se ainda fazer muito para garantir qualidade de ensino a todos.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 4.024 de 20 de Dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *D.O.U.* 28 dez. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm>. Acesso em: 21 set. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *D.O.U.* 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 21 set. 2013

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. *D.O.U.* 21 dez. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 22 set. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.098 de 19 de Dezembro de 2000. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro

de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *D.O.U.* 3 dez. 2004. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>.

Acesso em: 27 out. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 5.296 de 02 de Dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *D.O.U.* 3 dez. 2004. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>.

Acesso em: 27 out. 2013.

COSMO, R. R. *Incluir: é hora de aprender*. Cascavel: Secretaria de Estado e Educação, 2009.

JANNUZZI, G. M. *A educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea).

LOPES, K. R.; MENDES R. P.; FARIA, V. L. B. (Orgs). *Coleção Pró Infantil: programa de formação inicial para professores em exercício na educação infantil*. Brasília: MEC, 2005.

PAULA, A. R.; COSTA, C. M. *A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva*. Brasília: MEC, 2007.

SCHIRMER, C. R. et al. *Atendimento educacional especializado: deficiência física*. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. *Inclusão: um guia para educadores*. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.